

"Perestroika" no Concine

Gustavo Dahl

A privatização da produção e da distribuição cinematográfica no Brasil constitui ^{hoje} o núcleo do problemático relacionamento entre o Governo e estas atividades, relação madrasta que se arrasta desde a saída, em 1979, de Roberto Farias da direção geral da Embrafilme. E, modestamente, a reforma institucional e a reestruturação administrativa do Conselho Nacional do Cinema - Concine, minha "perestroika", é o passo mais concreto dado até agora nesta direção.

Não era necessário ser profeta para ver, há alguns anos atrás, que a sociedade brasileira tinha escolhido as esta-
tais como bode expiatório dos múltiplos males que acometem nossa republi-
ca de bananas. Logo, a Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A. de
economia mista com 99% de ações na mão do Governo, que desde 1974 subsi-
dia massivamente a produção e a distribuição de filmes brasileiros, en-
traria na berlinda. Gota d'água no mar do endividamento público nacional,
o investimento de uns oito milhões de dólares por ano, passou a ser dócil
instrumento de executivos culturais mais preocupados com suas carreiras
do que com nossa triste e inútil paisagem audio-visual. Ao longo dos anos
desmantelaram-se dentro da Embrafilme, a distribuidora, que tinha chegado
a ser uma das maiores do país, a fiscalização, o controle da indústria e
as informações dele de correntes. A Comissão Sarney-Pimenta, cujo esfor-
ço perdeu-se no tempo, contribuiu para este esvaziamento, insistindo na
tecla do investimento governamental e numa reforma institucional que re-
petia aquela ocorrida dez anos antes, em 1975, quando fundiram-se Embra-
filme e Instituto Nacional do Cinema. Na disputa pela posse das receitas
históricas da Empresa e da atividade, com o Ministério da Cultura, termi-
nou sendo abatido Carlos Augusto Machado Calil, que era do ramo. E o resul-
tado de tanto desgoverno se vê ^{atual} no vácuo de produção e distribuição de
filmes brasileiros, ameaçando a sobrevivência da própria reserva de mer-
cado que se lhes destina.

Imaginando, por trágica premonição, que os investimentos a serem feitos com os benefícios da Lei Sarney eram uma espécie de Plano Cruzado do setor e que mais cedo ou mais tarde se cairia na única realidade que é o mercado, parti, solitário, para salvar o órgão governamental de atuação sobre ela. E consegui: estão aí o Decreto 93.881, atualizando as competências do Concine, novo regimento interno, nova estrutura administrativa e o decreto criando os cargos correspondentes, resoluções sobre as reservas de mercado de longa e curta metragem, a passagem para o órgão do controle sobre o mercado de video-cassete. Antes, a credibilidade do Concine estava abaixo de zero, hoje existe um mínimo de dignidade. A obsessão executiva do país e do setor - o famoso "me dá um dinheiro aí" - subestimava sistematicamente a esfera institucional, a base jurídica, a orientação normativa, a fiscalização, a política de informações. Como se fosse possível construir alguma coisa, ou até mesmo se relacionar com o Governo ou a Sociedade (leia-se "investidores") sem que estas questões fossem equacionadas.

A experiência de participar da administração pública brasileira neste caos em que vive o país é inesquecível, como o João que arrematou esta armação ilimitada. É deprimente. A reforma administrativa é mais difícil de fazer do que a reforma agrária, a burocracia brasileira é um problema de dimensões soviéticas à procura de um Gorbachev que o encare. Mas há certas funções só cabem ao Estado, por doloroso e incômodo que seja. É obvio que a regulação e consequentemente a modernização do mercado cinematográfico brasileiro, o famoso "novo modelo", passa pela revisão de uma legislação feita casuisticamente, sem critério jurídico ou econômico mais rigoroso. A incorporação do mercado de video doméstico e da televisão como segmentos indispensáveis à saúde econômica do produto "filme" não se dará sem ela. Como não se dará também sem dados que balisem tanto a intervenção estatal quanto a atuação privada.

A atividade cinematográfica brasileira, que conheceu seu último apogeu em 1978, justamente num momento de reconciliação com o público (Xica da Silva, Dona Flor e Seus Dois Maridos,

Lucio Flavio, Passageiro da Agonia, A Dama do Lotação), possibilitando uma maior desenvoltura do exibidor em relação ao produto estrangeiro, já deu demonstrações de sua capacidade produtiva e vitalidade econômica. Logo, a perspectiva de privatização da produção cinematográfica num mercado que incorporasse o vídeo e a televisão não deveria ser um fantasma, como o é. Obviamente, ~~o~~ ^{cabreiro} como anda o Governo em relação ~~aos~~ subsídios e incentivos que afetem seu caixa, seria indispensável que ele assumisse antes, pelo menos, as funções típicas de Estado: normatização, controle, fiscalização e informações. Com eficiência, ~~uma~~ visão política e não burocrática.

Ou seja, era e é a partir do Concine que se realiza o que anseiam neste momento cineastas e Governo: verem-se livres uns dos outros. A discutível estratégia dos agentes políticos ^{da categoria} ~~de~~ ^{de} privilegia como prioridades o investimento governamental ou a ocupação da reserva de mercado, apesar da crítica situação de frequência das salas tradicionais, bem como de baixa de produção de títulos novos. Mas subestima a fragilidade legal da reserva estabelecida para filmes brasileiros no mercado de vídeo, que é cinco vezes maior que o mercado de salas, nem tem coragem ~~para~~ ^{de} atacar a questão na televisão que, todos sabem, é campo de caça ~~dos~~ ^{de} meninos grandes como Dr. Roberto Marinho, o Ministro Antonio Carlos Magalhães, Adolpho Bloch ou Silvio Santos.

O Concine é lugar de discurso indispensável para enfrentar estes desafios, apesar dos quatorze mil autos de infração acumulados sem processamento no órgão desde 1982, da escassez de seus quadros administrativos e fiscalizadores, da desinformatização que serve ao festival de desinformação que assola o país. Depois da "perestroika" virá a "glasnost" para transparecer o óbvio: quem está inadimplente em relação à política de comunicações, em relação aos contornos da paisagem audiovisual é muito mais o Estado, que não garante aos filmes brasileiros uma parcela decente de mercado, do que os cineastas e produtores que por caminhos ainda que tortuosos - "sapo não pula por boniteza, pula por precisão" - mantêm acesa a chama.

— o — o — o —
Gustavo Dahl, cineasta e ensaísta, ex-Vice
Presidente do Conselho Nacional de Cinema
(1985-1987).